



**Concurso Público para provimento de cargos de  
Analista de Gestão e Assistência à Saúde - AGAS  
Nível I (Grau A)  
Ciências Biológicas**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '37', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A****Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Dissertativa****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 40 questões, numeradas de 1 a 40.
  - contém a proposta e espaços para rascunho e transcrição definitiva das três questões dissertativas.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Dissertativa e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma os rascunhos das questões da Prova Dissertativa serão corrigidos.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e responder a Prova Dissertativa (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

1. Em relação às instituições públicas, é correto afirmar:
- (A) Uma organização é considerada moderna se é capaz de usar o conhecimento para desenvolver e oferecer novos produtos e serviços, dentro de espírito inovador e criativo.
  - (B) Um ambiente de trabalho moderno é bastante rígido, proporciona disciplina, impermeabiliza procedimentos já existentes dentro da organização e evita inovações que desestabilizem a rotina.
  - (C) O fornecimento de informações aos cidadãos é essencialmente seletivo, para que eles não influenciem significativamente as decisões políticoadministrativas.
  - (D) A política de capacitação de servidores públicos prescinde de ferramentas de informática e uso das tecnologias da informação.
  - (E) O compartilhamento de conhecimento e informação na gestão pública será incluído como prioridade apenas em políticas de gestão do conhecimento futuras.
- 
2. No momento em que o Governo avalia o desempenho de suas organizações e de seus servidores por metas ou objetivos alcançados, ele está avaliando a gestão pública por meio
- (A) da eficiência.
  - (B) da eficácia.
  - (C) da efetividade.
  - (D) da qualidade.
  - (E) do custo.
- 
3. De uma maneira geral, as competências gerenciais são classificadas em três categorias: conhecimentos, habilidades e atitudes. Essas categorias são necessárias para ocupar um cargo de gerente e dependem do nível hierárquico do cargo, das tarefas a serem desenvolvidas pelo gerente e do tipo de organização, entre outros fatores. A relação correta entre habilidades e nível hierárquico é:
- (A) Quanto mais alto o nível hierárquico do cargo a ser ocupado, mais habilidades técnicas serão requeridas.
  - (B) Em cargos de gerências táticas e intermediárias são requeridas com maior intensidade as chamadas habilidades e atitudes.
  - (C) Em cargos com características operacionais são requeridas maiores habilidades técnicas como principal condição desse gerenciamento.
  - (D) Quanto mais operacional o cargo a ser ocupado, mais habilidades atitudinais serão requeridas.
  - (E) Quanto mais operacional o cargo a ser ocupado, mais habilidades conceituais serão requeridas.
- 
4. O Brasil é um Estado organizado de forma Federativa. Isto significa que as atribuições inerentes aos poderes executivo, legislativo e judiciário são divididas em duas esferas de atuação: a Federal (União) e a Estadual. Em relação a essas esferas, é INCORRETO afirmar que
- (A) a cúpula dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário formam o núcleo estratégico do Estado.
  - (B) aos Estados e Municípios são atribuídas as ações de caráter local.
  - (C) a Constituição da União e as leis federais determinam o escopo e o alcance das constituições dos Estados Federados.
  - (D) o critério de divisão de poderes entre União e Estados membros é, ao mesmo tempo, funcional e territorial.
  - (E) os Estados têm total autonomia para formulação e aplicação de suas políticas, independentemente do poder central.
- 
5. No Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) consta que: “são significativos os fatores externos decorrentes do desenvolvimento do capital humano sob a perspectiva do Ciclo de Vida. Ao mesmo tempo em que uma população saudável e bem nutrida influencia positivamente os indicadores educacionais, o investimento em educação tem reflexos positivos sobre os indicadores de saúde”.
- Dentre outras, são ações propostas no PMDI:
- (A) adoção de perspectiva integrada de desenvolvimento do capital humano; salto de qualidade no ensino e ampliação da escolaridade da população jovem mineira, orientada por padrões internacionais (OCDE); superação da pobreza crônica das novas gerações; protagonismo juvenil e capacitação para o trabalho.
  - (B) aumento do número de escolas e hospitais de atendimento público; aumento de ambulatórios setoriais ou regionais; aumento do número de vagas para médicos no atendimento público.
  - (C) adoção de qualidade no ensino e no atendimento público em todos os órgãos destinados à população; superação da pobreza crônica e capacitação para o trabalho.
  - (D) superação da pobreza crônica; elaboração de programas materno-infantil e de adolescentes para diminuir a mortalidade infantil; construções de escola de nível médio e de ensino superior.
  - (E) construções de redes de hospitais de atendimento público; implantação em todo o estado mineiro do Programa de Saúde do Trabalhador; Construção de Escolas Públicas para aumentar o número de vagas disponíveis e capacitação para o trabalho.



6. É VETADO ao Funcionário Público
- (A) facilitar as atividades de fiscalização pelos órgãos de controle.
  - (B) observar os princípios e valores da Ética Pública.
  - (C) divulgar e informar a todos os integrantes de sua classe sobre a existência de Código de Conduta Ética.
  - (D) utilizar-se do cargo, emprego ou função para obter qualquer favorecimento para si ou outrem.
  - (E) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função.
- 
7. Dentre as características das organizações públicas modernas, nas quais o conhecimento é valorizado, encontra-se
- (A) coordenação centralizada de tarefas.
  - (B) predomínio do trabalho individual.
  - (C) transmissão do conhecimento coletivo, de preferência, em forma de documentos impressos.
  - (D) o servidor-polivalente e inovador.
  - (E) diminuição do poder dos usuários dos serviços dessas empresas.
- 
8. Segundo seu delineamento, em um estudo de
- (A) *coorte*, a exposição é medida antes do desenvolvimento da doença.
  - (B) caso-controle, a exposição é medida antes do desenvolvimento da doença.
  - (C) prevalência, a exposição é medida antes do desenvolvimento da doença.
  - (D) caso-controle, o risco da doença não é medido diretamente.
  - (E) caso-controle e de prevalência, o risco da doença é medido diretamente.
- 
9. O sistema de planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS) pressupõe
- (A) que as peculiaridades, necessidades e realidades de saúde do país sejam homogeneizadas e contempladas dentro de um documento igual para todos os estados.
  - (B) que a esfera federal de gestão realize todo o planejamento e a regionalização das ações fique a cargo dos estados e municípios.
  - (C) que cada esfera de gestão (municipal, estadual e federal) realize o seu planejamento.
  - (D) instrumentos de planejamento de centralização: Plano Diretor, Plano Diretor de Investimento (PDI) e Programação Pactuada e Integrada da Atenção em Saúde (PPI).
  - (E) Plano Federal Bienal de Saúde, instrumento básico que norteia a Programação Bienal das ações e serviços de saúde prestados.
- 
10. Sobre os modelos de atenção à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), é correto afirmar que
- (A) se fundamentam em regionalização, integralização e terceirização dos serviços.
  - (B) cada doença tem um nível de atenção à saúde (primária, média complexidade e alta complexidade) predeterminado.
  - (C) se fundamentam em regionalização e integração dos serviços interfederativos.
  - (D) foram implantados com vistas ao atendimento das Doenças de Notificação Compulsória (DNC).
  - (E) os serviços de atenção primária são as únicas portas de entrada no sistema SUS.



- 
11. O projeto de vigilância em saúde (Vigisus) é
- (A) voltado à redução de mortalidade por doenças transmissíveis e não abrange a exposição a fatores de risco associados com a saúde.
  - (B) composto de duas fases: Vigisus I (1999 a 2004) para Estruturação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Vigisus II (2005-2013) para Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde.
  - (C) destinado à redução da mortalidade e da morbidade de doenças transmissíveis, mas não abrange as doenças não transmissíveis.
  - (D) executado pela Secretaria de Vigilância em Saúde e Fundação Nacional de Saúde, sendo financiado pelo Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento.
  - (E) direcionado para serviços de saneamento em grandes aglomerados urbanos e, por isso, não inclui a saúde de povos indígenas e quilombolas.
- 
12. Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições,
- (A) o controle e a fiscalização do serviço de internação e atendimento ambulatorial, não abrangendo a execução da política de sangue e seus derivados.
  - (B) a fiscalização e inspeção de alimentos quanto à qualidade sanitária, sem abranger a vigilância nutricional e a orientação alimentar.
  - (C) a participação na formulação da política de saúde pública, não incluindo a execução de ações de saneamento básico.
  - (D) a participação no controle e formulação da política de medicamentos, excetuando a participação na produção de insumos de interesse para a saúde.
  - (E) a participação no controle e na fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substância e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.
- 
13. O controle social no Sistema Único de Saúde
- (A) diminuiu após a Norma Operacional Básica (NOB 1/96), desde que esta redefiniu vínculos de serviços com seus usuários.
  - (B) está contemplado em um dos blocos de financiamento para a gestão do Sistema Único de Saúde.
  - (C) está previsto somente para serviços públicos de assistência à saúde.
  - (D) pressupõe ações dos usuários sobre serviços, exclusivamente, da iniciativa privada.
  - (E) requer financiamento do próprio usuário.
- 
14. A educação em saúde, segundo o Sistema Único de Saúde (SUS),
- (A) é o objetivo de um Programa destinado a capacitar trabalhadores da saúde para a utilização adequada de equipamentos usados em serviços de saúde.
  - (B) está prevista em legislação, mas ainda não existe uma secretaria de gestão relacionada a essa área.
  - (C) restringe-se a um compromisso de buscar alternativas para os problemas relacionados a não valorização dos trabalhadores da saúde.
  - (D) refere-se à qualificação de trabalhadores da saúde e, ainda, à promoção de hábitos saudáveis aos usuários do SUS.
  - (E) prevê atividades exclusivas dos trabalhadores da saúde para atendimento da população.
- 
15. Quanto ao financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS),
- (A) os recursos de custeio da esfera federal destinados à assistência podem corresponder ao Piso Assistencial Básico (PAB) destinado ao custeio de procedimentos e ações de assistência básica, de responsabilidade tipicamente municipal.
  - (B) na esfera estadual, conta com recursos transferidos pela União e essas transferências regulares não estão condicionadas à contrapartida deste nível de governo.
  - (C) na esfera municipal, além dos recursos oriundos do respectivo Tesouro, existem transferências eventuais da União para municípios, as quais não estão condicionadas à contrapartida deste nível de governo.
  - (D) os fundos de saúde dos municípios não podem receber verba oriunda de reembolso de despesas realizadas em função de atendimentos prestados por unidades públicas a beneficiários de planos privados de saúde.
  - (E) os recursos de custeio da esfera federal, destinados às ações e serviços de saúde, configuram o Teto Financeiro Global (TFG) e o teto financeiro do estado; não deve conter os tetos de municípios.
-



16. Na legislação do Sistema Único de Saúde,
- (A) “Programação Pactuada e Integrada (PPI)” restringe-se às atividades de assistência ambulatorial e hospitalar, constituindo um instrumento essencial de reorganização do modelo de atenção e da gestão do SUS, de alocação dos recursos e de explicitação do pacto estabelecido entre as três esferas de governo.
  - (B) “Teto Financeiro da Assistência do Município (TFAM)” é um montante que corresponde ao financiamento do conjunto de ações assistenciais em situações de emergência, assumidas pela Secretaria Municipal de Saúde, transferido eventualmente do Fundo Nacional ao Fundo Municipal de Saúde.
  - (C) “Índice de Valorização de Resultados (IVR)” consiste na atribuição de valores adicionais ao teto financeiro da assistência do estado, transferidos eventualmente do Fundo Nacional ao Fundo Estadual de Saúde, quando houver obtenção de resultados de impacto positivo sobre as condições de saúde da população.
  - (D) “Remuneração por Serviços Produzidos” restringe-se ao pagamento direto aos prestadores privados contratados e conveniados, contra apresentação de faturas, referentes a serviços realizados conforme programação e mediante prévia autorização do gestor.
  - (E) “Fração Assistencial Especializada (FAE)” é um montante que corresponde a procedimentos ambulatoriais de média complexidade, medicamentos e insumos excepcionais, órteses e próteses ambulatoriais e Tratamento Fora do Domicílio (TFD), sob gestão do Estado.
- 
17. O Plano Diretor de Regionalização (PDR) do Sistema Único de Saúde (SUS) prevê:
- (A) Municípios em Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada (GPAB-A), com capacidade de ofertar com suficiência a totalidade de serviços de média complexidade, incluindo atividades ambulatoriais de apoio diagnóstico e terapêutico e de internação hospitalar para sua própria população.
  - (B) Nos municípios habilitados em Gestão Plena da Atenção Básica-Ampliada (GPAB-A) que tenham serviços de alta complexidade em seu território, nos quais as funções de gestão e relacionamento com prestadores de alta complexidade são de responsabilidade do gestor municipal, podendo este delegar aos gestores de hospitais as funções de controle e avaliação dos prestadores.
  - (C) Ao governo federal cabe prever a parcela dos recursos a serem gastos em cada município, para cada área de alta complexidade, destacando a parcela a ser utilizada com a população do próprio município e a parcela a ser gasta com a população de referência, sempre de acordo com a Programação Pactuada e Integrada.
  - (D) A assistência de alta complexidade deve ser programada no âmbito federal, e em alguns casos macrorregionais, tendo em vista as características especiais desse grupo: alta densidade tecnológica e alto custo, economia de escala, escassez de profissionais especializados e concentração de oferta em poucos municípios.
  - (E) A programação da assistência de alta complexidade, consolidada pela Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, não deve conter a referência de pacientes para outros Estados, ou mesmo, reconhecer o fluxo programado de pacientes de outros Estados.
- 
18. As ações de auditoria dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) são
- (A) atividades que necessitam de um órgão que consolide as informações necessárias, analise os resultados obtidos em decorrência de suas ações, mas não proponha medidas corretivas.
  - (B) de responsabilidade das três esferas gestoras do SUS, o que exige a estruturação do respectivo órgão de controle, avaliação e auditoria, incluindo a definição dos recursos e da metodologia adequada de trabalho.
  - (C) ações de controle que podem, ou não, auditar procedimentos prévios à realização de serviços e à ordenação dos respectivos pagamentos.
  - (D) ações de controle que excluem autorização de internações e procedimentos ambulatoriais, desde que sejam critérios médicos.
  - (E) monitoramentos da qualidade dos serviços prestados, sem priorizar a regularidade e fidedignidade de registros de produção e faturamento de serviços.
- 
19. Segundo Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde (SUS-NOAS 01), houve fortalecimento do controle, regulação e avaliação da assistência aos usuários devido
- (A) à criação de procedimentos técnico-administrativos prévios à prestação de serviços hospitalares, os quais não podem ser fiscalizados pelos usuários.
  - (B) à previsão de compra de serviços da rede privada, pautada apenas na sua indisponibilidade na rede pública.
  - (C) à possibilidade de compra de serviços da rede privada com base no interesse público e necessidades assistenciais.
  - (D) à implementação de indicadores objetivos baseados em critérios técnicos que não podem ser avaliados pelos usuários.
  - (E) ao fato do gestor federal elaborar todos os planos de controle, regulação e avaliação para fortalecimento da capacidade de gestão.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

20. As doenças associadas com a água têm sido uma das principais preocupações das políticas públicas na área da saúde. Considerando a necessidade de orientação às comunidades onde foram registrados casos ou suspeitas de contágio de qualquer um destes tipos de doenças, a indicação de uso de cloro para a desinfecção de água tem como desvantagens
- (A) a possibilidade de formação de subprodutos tóxicos como os cloritos, trihalometanos e os bromatos, não ter ação residual significativa, além de exigir técnicas de aplicação sofisticadas e apresentar custos elevados de aplicação.
  - (B) a possibilidade de formação de substâncias tóxicas, conhecidas como cloritos, quando houver matéria orgânica na água, além da menor estabilidade da ação residual e de operação de desinfecção mais complexa e delicada.
  - (C) não atuar sobre cistos de protozoários e ovos de helmintos, apresentar baixo poder desinfectante na ação residual, além de ter sua eficiência desinfectante diminuída no caso de ser aplicado em águas com coloração e turbidez mais acentuadas.
  - (D) a limitação na inativação de cistos de protozoários e ovos de helmintos, a possibilidade de formar trihalometanos na presença de matéria orgânica e a adição de odor e sabor à água devido a subprodutos conhecidos como clorofenóis.
  - (E) não ter eficácia na eliminação de cistos de protozoários e ovos de helmintos, apresentar baixo poder desinfectante na ação residual, pois na presença de matéria orgânica na água, tem sua eficácia reduzida pela turbidez.
- 
21. A Portaria nº 2.914/2011, publicada pelo Ministério da Saúde, estabelece padrões de qualidade da água para consumo humano, em substituição à Portaria nº 518/2004. Apesar das alterações, a utilização de *Escherichia coli* como um dos indicadores microbiológicos da qualidade da água foi mantida porque estes microrganismos
- (A) produzem – sob determinadas condições da água a ser ingerida – toxinas com efeitos adversos à saúde humana.
  - (B) podem ser encontrados mesmo após um mês da contaminação fecal que eventualmente ocorre nos sistemas de abastecimento de água.
  - (C) fermentam a lactose a  $44,5 \pm 0,2$  °C em 24 horas, sendo *E. coli* o único grupo que apresenta tal característica.
  - (D) são considerados como indicadores mais precisos de contaminação fecal por serem exclusivamente de origem intestinal.
  - (E) são reconhecidos como patógenos cuja produção de enterotoxinas causa diarreia profusa e perda de eletrólitos.
- 
22. De acordo com a UNEP (United Nations Environment Programme, 2012) a eutrofização artificial, cultural ou antrópica – quando tem suas origens associadas à liberação de efluente doméstico *in natura* em ecossistemas aquáticos continentais – pode ser considerada como um dos processos indutores do aumento da incidência de doenças associadas à água.
- O processo de eutrofização artificial dos ecossistemas aquáticos continentais lênticos naturais consiste em
- (A) quebra de um estado próximo de um equilíbrio entre a produção de matéria orgânica, seu consumo e decomposição, relacionado ao aumento da concentração de quase todos os elementos químicos necessários à produtividade primária, com previsões de reduções na diversidade de espécies de várias comunidades dos ecossistemas afetados.
  - (B) passagem do estado oligotrófico, caracterizado como início de processo sucessional, para um estado final hipereutrófico, climácico, sendo que ao longo dessas mudanças a produtividade primária atinge valores elevados, devido ao aumento da entrada de fósforo no sistema, com tendência à redução da diversidade das espécies nas diferentes comunidades.
  - (C) aumento progressivo e lento da sedimentação, da concentração de nitrogênio e fósforo e da matéria orgânica, decorrente de processos de intensificação do uso e ocupação do solo em uma bacia hidrográfica que aceleram principalmente a erosão por chuvas e a adição de matéria orgânica morta ou em decomposição, com o lago transformando-se em uma área úmida.
  - (D) redução da entrada de material alóctone e crescente dependência de material autóctone, devido ao aumento da produtividade primária decorrente da elevação de nutrientes essenciais ao crescimento do fitoplâncton, que tende a apresentar predominância de cianobactérias, enquanto no zoobentos ocorre diminuição da importância dos grupos funcionais de fragmentadores.
  - (E) processo sucessional redirecionado pelo aumento abrupto da produtividade primária, alterado pelo aporte de nutrientes como o fósforo, resultando em um estágio inicialmente eutrófico, climácico com elevada diversidade, para os estágios mesotrófico e hipertrófico, caracterizados por declínio gradual da diversidade e da produtividade primária.



23. A Fundação Estadual de Meio Ambiente (MG) divulgou, em 2009, o "Inventário de áreas suspeitas de contaminação e contaminadas no Estado de Minas Gerais". De um total de 273 ocorrências registradas, o órgão observou que hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (PAH ou HPAs) estão entre os principais grupos de contaminantes, oriundos em sua maioria da atividade de postos de combustíveis. Estes compostos são reconhecidos por apresentarem potencial cancerígeno – permanecem adsorvidos no material constituinte do solo, além de apresentarem degradação lenta e caráter lipofílico.

De acordo com estas informações, é possível prever que o risco de contaminação humana por HPAs em solos contaminados será

- (A) baixo, devido ao caráter lipofílico e à adsorção, as moléculas de HPAs ficarão retidas nas camadas superficiais do solo, sem que haja deslocamento destas, seja em direção às águas subterrâneas ou em direção aos corpos d'água superficiais eventualmente utilizados como mananciais.
- (B) alto, dada a adsorção das moléculas de HPAs pelo solo, provocando a lixiviação para as águas subterrâneas que, em associação com a baixa taxa de degradação e a lipofilidade destas substâncias, resultará em concentrações tóxicas caso haja consumo dessa água.
- (C) alto, como resultado da ação combinada entre os fatores de adsorção pelo solo, baixa taxa de degradação e caráter lipofílico, as moléculas de HPAs estarão suscetíveis à volatilização, aumento da concentração atmosférica e, conseqüentemente, ao contato com corpos e reservatórios de água potável.
- (D) alto, pois o fenômeno da adsorção fará com que as moléculas de HPAs fiquem aderidas às partículas do solo em baixa profundidade, o que, juntamente com a baixa taxa de degradação e o caráter lipofílico destes compostos, podem aumentar a probabilidade de contaminação pela pele.
- (E) baixo, resultante da interação entre a adsorção, que reterá as moléculas na superfície do solo, o caráter lipofílico, que associará HPAs à matéria orgânica edáfica, e a baixa taxa de degradação, provocando a rápida volatilização dessas substâncias e conseqüente diminuição do risco de contaminação.

24. Considere as afirmações abaixo.

- I. Produtos de limpeza, combustão de produtos variados, como óleo e gás, além de materiais utilizados na construção e no mobiliário são fontes de poluição do ar em ambientes internos que, por sua vez, tem efeitos a curto e longo prazo sobre a saúde.
- II. Como gás de efeito estufa, além do dióxido de carbono e o metano, pode ser citado o ozônio cujas emissões diminuíram como resultado do Protocolo de Montreal.
- III. Segundo o Protocolo de Kyoto, a fim de cumprir os compromissos de redução de emissões, as Partes incluídas no Anexo II podem transferir ou adquirir entre si unidades de redução de emissões resultantes de projetos visando redução das emissões antrópicas.
- IV. O mecanismo de desenvolvimento limpo permite que as Partes incluídas no Anexo I comprem reduções certificadas de emissões resultantes de atividades de projeto desenvolvidas por países do Anexo II.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV
- (E) I e IV.

25. A poluição sonora pode ser

- (A) considerada fora da esfera da lei de crimes ambientais, uma vez que um artigo específico sobre poluição sonora foi vetado quando da sua aprovação.
- (B) causada por ruídos, ou seja, toda e qualquer vibração ou onda mecânica em um meio elástico dentro da faixa de audio-frequência, portanto, captada pelo ouvido humano.
- (C) considerada prejudicial sobretudo aos seres humanos devido aos reconhecidos efeitos sobre sua saúde, uma vez que não são documentados efeitos sobre outras espécies.
- (D) considerada como um impacto que afeta exclusivamente espécies animais, sobretudo aves e mamíferos terrestres que podem ter seu desempenho biológico diminuído.
- (E) entendida, de modo sintético, como a produção de sons desagradáveis que interferem em atividades normais, como dormir e conversar, ou afetam a qualidade de vida das pessoas.

26. Como indicadores socioeconômicos e de saúde e/ou epidemiológicos podem ser citados, respectivamente,

- (A) taxa de acidentes em segurados da Previdência Social e razão de mortalidade materna.
- (B) taxa de desemprego e proporção de idosos residentes em domicílios na condição de outros parentes.
- (C) proporção de idosos residentes em domicílios na condição de outros parentes e esperança de vida ao nascer.
- (D) taxa de analfabetismo e razão entre óbitos informados e estimados.
- (E) taxa de trabalho infantil e índice de envelhecimento.



27. Com relação aos testes ecotoxicológicos, é correto afirmar que

- (A) MACT se refere à menor concentração limite aceitável no ambiente acima do qual ocorre mortalidade, equivalendo à média geométrica entre NOEC e LOEC.
- (B) CL50 se refere à concentração, que pode ser estimada por análise *probit*, na qual se observa mortalidade de 50% dos organismos em testes crônicos.
- (C) NOEC se refere à concentração de efeito não observado, estatisticamente significativo, em testes de toxicidade aguda, cujo valor é pouco inferior a MACT.
- (D) CE50 se refere à concentração na qual se observam efeitos deletérios, sobre fatores como reprodução, crescimento e alimentação dos organismos, em 50% dos testes realizados.
- (E) LOEC se refere à concentração com menor efeito observado, estatisticamente significativo, em testes de toxicidade crônica, cujo valor é superior a MACT.

28. No que se refere à saúde pública, a vigilância ambiental procura determinar fatores <sup>I</sup> que interferem na saúde humana a fim

de propor <sup>II</sup> e avaliar e controlar <sup>III</sup>. Neste sentido também são importantes ações que procurem controlar reservatórios

representados por <sup>IV</sup> e vetores de doenças representados por <sup>V</sup>, de modo a assegurar melhores condições de saúde à população.

A sequência de palavras que substitui correta e respectivamente as lacunas presentes no texto é:

	I	II	III	IV	V
A	de risco	medidas de prevenção	doenças variadas	meios bióticos nos quais o agente infeccioso sobrevive ou se multiplica	meios bióticos que transportam o agente infeccioso para o reservatório potencial
B	abióticos	atitudes efetivas	epidemias potenciais	ser vivo que fornece subsistência ou alojamento a um agente infeccioso	organismos que transportam o agente infeccioso até seu um hospedeiro potencial
C	ambientais	medidas de prevenção	fatores de risco	meios bióticos ou abióticos nos quais o agente infeccioso vive e se multiplica	organismos que veiculam o agente infeccioso desde o reservatório até seu hospedeiro potencial
D	bióticos	resoluções	fatores de risco	ser vivo que fornece subsistência ou alojamento a um agente infeccioso	organismos que transportam o agente infeccioso até seu hospedeiro potencial
E	ambientais	políticas públicas	riscos potenciais	organismos nos quais o agente infeccioso vive e se multiplica	meios bióticos ou abióticos que transportem o agente infeccioso até o hospedeiro

29. Considere as afirmações abaixo sobre *riscos ambientais*.

- I. O estabelecimento de uma política de gerenciamento de riscos é impossibilitado, entre outras causas, pela falta de metodologias para avaliação da aceitabilidade dos riscos.
- II. No que concerne à epidemiologia, um risco ambiental pode ser entendido como a probabilidade de ocorrência, em uma população ou grupo de pessoas, de óbito ou doença (incluídos, entre outros, seu agravo e cura), em um determinado período de tempo.
- III. O objetivo final da avaliação de riscos é produzir uma síntese de informações disponíveis sobre uma dada doença ou outro risco qualquer.
- IV. Na área da saúde, fatores de risco podem ser considerados componentes com potencial de levar à doença ou seu agravo, cuja natureza pode ser física, química, orgânica, fenotípica e social entre outras.
- V. A estimação de riscos envolve, entre outros aspectos, a medição da intensidade, frequência e duração das exposições aos agentes produzidos pelas fontes de risco.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e V.
- (B) II, IV e V.
- (C) I, III e V.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e IV.





30. A Agenda 21 Global e a Carta da Terra são dois documentos muito importantes e frequentemente mencionados como orientativos de políticas e programas de Educação Ambiental, além de referenciais às metodologias dessa área. Embora tenham origens e finalidades diferentes, ambos orientam ações relacionadas às questões de saúde pública.

Uma orientação exclusiva da Agenda 21 Global é a

- (A) garantia do acesso universal à educação e à assistência de saúde, incluindo nesta última ações para o fomento à saúde reprodutiva e à reprodução responsável.
- (B) inclusão da escola no incentivo à participação de alunos nos estudos e atividades locais e regionais sobre saúde ambiental, inclusive água potável, saneamento, alimentação e os ecossistemas.
- (C) garantia de domínio público das informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética.
- (D) afirmação da igualdade e da equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável, assegurando o acesso universal inclusive às oportunidades econômicas.
- (E) atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias nas garantias a um ambiente natural e social, à dignidade humana, saúde corporal e ao bem-estar espiritual.

31. A Lei nº 9.782/1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, prevê que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária

- (A) é uma autarquia sob regime especial sendo, portanto, caracterizada pela dependência administrativa, estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.
- (B) deve, entre outras funções, estabelecer normas e padrões sobre limites de contaminantes, resíduos tóxicos, desinfetantes, metais pesados e outros que envolvam risco à saúde.
- (C) não tem competência para controlar e fiscalizar bens e produtos representados por tecidos humanos e veterinários para uso em transplantes ou reconstituições.
- (D) não tem poder de delegar aos Estados, Distrito Federal e Municípios a execução de atribuições que lhe são legalmente atribuídas.
- (E) é dirigida por uma diretoria colegiada, a cujos dirigentes é permitido o exercício de qualquer outra atividade profissional, empresarial, sindical ou de direção político-partidária.

32. O alcance do desenvolvimento sustentável, em parte, depende dos hábitos de consumo dos seres humanos, sendo que

- (A) o aumento do consumo individual resulta em aumento dos impactos ambientais a ele associados e, portanto, em menor probabilidade de que os recursos estejam disponíveis para as futuras gerações.
- (B) a alteração dos hábitos individuais de consumo, resultando em menor gasto de recursos e menos impactos ambientais garantirá a ocorrência de sustentabilidade.
- (C) a tendência de globalização dos hábitos de consumo, exemplificada pelo aumento do consumo de produtos de origem animal e por itens eletrônicos, tem contribuído para que todos atinjam o desenvolvimento.
- (D) o aumento do consumo individual resulta em aumento da capacidade de suporte do ambiente para a população humana garantindo a sobrevivência das futuras gerações.
- (E) a garantia de que a capacidade de suporte do planeta para a espécie humana não será ultrapassada é uma das formas de alcançar a sustentabilidade e, portanto, a sobrevivência das futuras gerações.



33.

*Microcrédito estimula economia emergente de favelas*

A concessão de microcréditos no Brasil, com quantias que variam entre 500 reais e 20 mil reais, vem impulsionando pequenos comerciantes em favelas e bairros de baixa renda de todo o país. Com a emergente classe C, surgiram vários negócios como salões de beleza, oficinas mecânicas, restaurantes e lojas de roupas, estimulados pelo empréstimo bancário de pequenas quantias.

Percebendo o sucesso dessas iniciativas, vários bancos criaram linhas de microcréditos e, alguns, como o Santander e o Bradesco, abriram agências em favelas do Rio de Janeiro para atender à nova clientela. Empreendedores que não têm acesso aos mecanismos tradicionais de crédito encontram, nessa transação bancária, uma oportunidade de começar novos negócios ou melhorar os que já têm.

Um exemplo dessa tendência é o de Edinalva Teixeira, de 40 anos, mãe de cinco filhos e moradora da periferia de São Paulo. Ela conta que pediu um crédito de mil reais, há dois anos, para abrir uma loja de artigos de beleza e presentes na garagem de sua casa. "Não tinha dinheiro para investir, mas tinha muita vontade de trabalhar", disse, acrescentando que não podia procurar empregos que a afastassem de casa por conta de seus filhos. A comerciante renovou o crédito a cada seis meses para poder comprar mercadorias, pintar a loja, instalar um portão automático e outras melhorias que ajudaram a impulsionar seu negócio. (...)

Marcelo de Melo é um desses pequenos empreendedores. Ele deixou de vender doces e flores a pé depois de conseguir um microcrédito de 7 mil reais para comprar uma caminhonete com que vende frutas frescas na Rocinha, no Rio. "A Rocinha é como uma mãe. Aqui se vende de tudo. Mas quem não cresce, desaparece", afirma.

(Notícia publicada em 17/09/2012, pela revista VEJA. Disponível em <http://veja.abril.com.br/>. Acessado em 07/11/2012)

A notícia acima – associando a emergência da classe C ao aumento de ações empreendedoras por mecanismos de concessão de microcréditos – pode suscitar várias interpretações à luz das relações entre crescimento econômico e sustentabilidade. No entanto, uma crítica possível seria de que tanto a elevação de renda dos mais pobres quanto o surgimento de microempreendimentos seriam medidas que não estariam vinculadas necessariamente ao desenvolvimento sustentável.

Com base nestes preceitos divulgados pelos denominados economistas ambientais e ecológicos, essa crítica seria

- (A) apropriada, pois este desenvolvimento associado à melhoria da economia somente sustenta o sistema como está – a elevação da renda e a possibilidade de empreender com base em microcrédito não pode ser considerada como uma verdadeira política de sustentabilidade.
- (B) inapropriada, pois o crescimento econômico ilimitado gera capital, possibilitando que tanto a ascensão em categorias de renda quanto os mecanismos de concessão de microcrédito sejam cada vez mais acessíveis para a erradicação da pobreza, uma condição para a sustentabilidade.
- (C) inapropriada, pois os recursos naturais são importantes mas não vitais – não é possível impor restrições à elevação de renda tampouco às políticas de concessão de microcréditos, pois o crescimento econômico é necessário e deve continuar, desde que sejam estabelecidos os riscos e os benefícios.
- (D) apropriada, tendo em vista que muitos recursos naturais, a serem consumidos ou degradados com esse desenvolvimento econômico – e suas consequências – são insubstituíveis e, se esgotados, colocarão em risco os sistemas econômicos, dificultando cada vez mais ações de assistência social.
- (E) inapropriada, considerando que é a pobreza uma das causas principais de esgotamento dos recursos e da poluição – assim, processos como a ascensão em categorias de renda e o desenvolvimento de programas de microcrédito são favoráveis à sustentabilidade.

34. Uma instituição hospitalar pretende implantar um sistema de gerenciamento ambiental. A administração solicita que você participe do processo, informando, dentre as alternativas abaixo, a sequência de ações necessárias a serem empreendidas para tal pela instituição é:

- (A) verificar quais são os principais impactos e riscos ambientais, utilizando critérios econômicos, técnicos e científicos para o estabelecimento da priorização dos mais críticos, elaborando o planejamento, a implantação e a operação das ações que comporão o sistema, incluindo ações de verificação e análise do mesmo para eventuais ajustes de melhoria.
- (B) definir inicialmente, como responsável por esta área, a política ambiental da instituição ou implantar ou executá-la no caso desta já estar estabelecida, procedendo à ênfase pré-estabelecida por você na determinação correta da destinação e reciclagem de resíduos sólidos, além da redução do consumo de água e emissão de efluentes.
- (C) conceber, implantar e executar o sistema de gerenciamento ambiental, sobre a qual será elaborado um planejamento das ações que deverão ocorrer para a implantação, operação do sistema, com verificação periódica dessas ações e análise pela administração superior – que estabelecerá qual será a política ambiental da instituição.
- (D) solicitar à administração um levantamento de quais são as atividades que geram os impactos e os riscos ambientais, para que, desta forma, utilizando conhecimento técnico e científico, você possa determinar quais dentre estes impactos são os mais críticos, estabelecendo um conjunto de procedimentos que comporão o sistema.
- (E) verificar qual é a política ambiental da instituição – caso não haja, solicitar à administração a definição da mesma, posteriormente agindo para identificar os impactos e riscos ambientais das atividades realizadas na instituição e, dentre estes, empreender uma priorização dos mais críticos a fim de estabelecer planos para minimizá-los.



35. Considere as seguintes afirmações sobre a aplicação de conceitos empregados na avaliação de impactos ambientais em unidades de serviços de saúde:
- I. Em uma lavanderia de um hospital, além da lavagem de roupas colaborando para o consumo de água, durante a triagem de roupas usadas é possível que sejam encontrados resíduos como materiais perfurocortantes, luvas cirúrgicas, peças de metal e ampolas de vidro quebradas, além de embalagens de comprimidos.
  - II. É possível que o manuseio de produtos químicos em lavanderias de hospitais possa gerar efluentes cujas características levem à contaminação de solo, das águas superficiais e subterrâneas. No entanto, a probabilidade deste evento ocorrer pode ser estimada como baixa, embora, mesmo ocorrendo uma única vez, possa apresentar características difíceis de remediar.
  - III. Foi estimado que as unidades de traumatologia e de clínica geral poderão gerar efluentes com concentrações de poluentes maiores do que o permitido legalmente, justificando a implantação de um programa de monitoramento intensivo destes efluentes.

De acordo com os conceitos básicos de avaliação de impacto ambiental, na afirmação

- (A) (I) são descritas as atividades e os respectivos aspectos ambientais de um dos setores do hospital; (II) os impactos identificados são avaliados em suas características e (III) a partir de estimativas, são feitas as previsões e a recomendação de priorização de monitoramento.
  - (B) (I) são descritas somente as atividades e os impactos ambientais de duas atividades do hospital, (II) a priorização dos impactos foi estabelecida pelas características dos impactos descritos e (III) os impactos ambientais foram apenas identificados para o monitoramento.
  - (C) (I) são descritos somente os impactos ambientais de duas atividades do hospital, (II) são apresentadas algumas características dos impactos descritos e (III) sobre os impactos ambientais identificados são feitas previsões quantitativas e indicação de priorização de monitoramento.
  - (D) (I) são apresentados somente os aspectos ambientais de duas atividades do hospital, (II) são apresentadas algumas previsões sobre a natureza quantitativa dos impactos e (III) os impactos ambientais são somente descritos em termos de suas características.
  - (E) (I) somente os aspectos ambientais de duas atividades são apresentados, (II) os impactos ambientais são identificados e listados e (III) a partir de estimativas são feitas as previsões e a priorização dos impactos em termos de controle e monitoramento.
- 
36. As resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA – são reconhecidas entre os profissionais da área ambiental por expressarem conceitos e estabelecerem procedimentos a serem seguidos em âmbito federal, cumprindo, portanto, sua função de órgão deliberativo e consultivo dentro do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Assim, uma avaliação comparada de algumas resoluções pode ser útil para avaliarmos as preocupações expressas por este órgão ao longo de sua existência.
- É possível afirmar, por exemplo, que a preocupação do CONAMA com a proteção das populações indígenas refletiu-se nas orientações para o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades porque a
- (A) Resolução CONAMA nº 237/1997 determinou que é o IBAMA o órgão licenciador de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional quando estes forem localizados ou desenvolvidos em terras indígenas.
  - (B) Resolução que definiu a responsabilidade institucional pelo licenciamento ambiental em terras indígenas foi a Resolução nº 23/1994, que orienta o empreendedor a articular-se com o órgão indigenista oficial no caso de realização de atividades planejadas em áreas próximas às terras indígenas.
  - (C) Resolução CONAMA nº 349/2004 consolida as ações do órgão no que se refere à proteção das populações indígenas em suas terras, ao regulamentar o licenciamento ambiental de qualquer atividade nestas áreas, especialmente aquelas que envolverem supressão de vegetação nativa.
  - (D) preocupação da relação entre o procedimento de licenciamento ambiental e a proteção da população e das terras indígenas foi inicialmente expressa na Resolução CONAMA nº 3/1994 e detalhada nas Resoluções nºs 237/1997 e 349/2004, para empreendimentos em geral e ferroviários, respectivamente.
  - (E) preocupação com a questão indígena surgiu somente em 2004, com a publicação da resolução CONAMA nº 349/2004, quando foi consolidada e exposta claramente. Resoluções sobre licenciamento ambiental, como a de nº 23/1994 e a nº 237/1997, apenas mencionam brevemente algumas orientações para processos específicos.



37. Sobre o processo de elaboração dos estudos de impactos ambientais (EIA), de acordo com a Resolução CONAMA nº 01/1986, existe base legal para a
- (A) obrigatoriedade do empreendedor em abrir o sigilo industrial, mesmo que solicite formalmente a manutenção deste, considerando que a resolução garante a natureza de domínio público de todas as informações contidas tanto no EIA quanto no RIMA.
  - (B) dispensa da necessidade de apresentação de diagnóstico ambiental, quando o empreendedor justificar como além de suas possibilidades o custeio da caracterização da situação ambiental da área antes da implantação do projeto.
  - (C) exigência de que o empreendedor apresente as denominadas alternativas tecnológicas e locacionais do empreendimento ou atividade, incluindo a comparação com hipótese de não execução do projeto.
  - (D) dispensa da obrigatoriedade de inclusão de sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade no diagnóstico ambiental, considerando que estes não são componentes do meio ambiente em estudo.
  - (E) dispensa de obrigatoriedade de apresentação de estudos de avaliação da eficiência das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, bem como a dispensa de monitoramento de impactos positivos.
- 
38. O controle do uso e ocupação do solo é uma importante forma de minimizar a ocorrência de impactos ambientais. Neste contexto, a
- (A) disposição final de resíduos sólidos urbanos e industriais em lixões e aterros não controlados está relacionada à poluição do solo, da água superficial e subterrânea e do ar.
  - (B) substituição da vegetação natural ao longo das margens de rios por monoculturas extensivas resulta em poluição do ar devido à emissão de dióxido de carbono durante as queimadas que precedem a colheita.
  - (C) conservação das áreas de reserva legal, como aquelas localizadas nas faixas marginais dos cursos d'água naturais, diminuem a probabilidade de assoreamento destes ambientes e demais impactos associados.
  - (D) disposição final dos resíduos hospitalares sólidos ou líquidos, excluídos os do Grupo A, em aterros sanitários devidamente controlados não tem potencial de causar impactos ambientais.
  - (E) presença de vegetação nativa ao longo de trechos dos cursos d'água naturais garante a manutenção da boa qualidade da água bem como a proteção da biota aquática nativa naqueles trechos.
- 
39. No que concerne ao Meio Ambiente nas Constituições Federal e do Estado de Minas Gerais, é incumbência do poder público
- (A) a preservação da diversidade e da integridade e do patrimônio genético, apenas na federal.
  - (B) a proteção da fauna e a flora, sendo vedadas, na forma da lei, as práticas que provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais a crueldade, apenas na estadual.
  - (C) o dever de defender o meio ambiente e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, em ambas as constituições.
  - (D) a definição de mecanismos de proteção à fauna e flora nativas e estabelecimento da lista de espécies ameaçadas de extinção, apenas na federal.
  - (E) a exigência de estudo prévio de impacto ambiental para obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, apenas na estadual.
- 
40. No que se refere à Lei nº 8.666/1993 e à legislação correlata, é correto afirmar que
- (A) as licitações para a execução de obras e prestação de serviços poderão ser realizadas antes da aprovação do projeto básico pela autoridade competente, devendo ser disponibilizadas para exame dos interessados.
  - (B) os agentes públicos têm prerrogativa, em qualquer circunstância, de estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial e legal entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda e local de pagamentos.
  - (C) a obtenção de recursos financeiros para execução de serviços e obras deve ser incluída em qualquer objeto de licitação, qualquer que seja a sua origem.
  - (D) a empresa autora de projeto, básico ou executivo, poderá participar da licitação da obra ou serviço como consultor técnico na função de gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.
  - (E) a adoção de normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas e o impacto ambiental, embora relevantes, ainda não são requisitos considerados nas licitações e contratos da Administração Pública.





NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA





NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA







NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA